

Media para a paz e peacebuilding: uma crítica à intervenção internacional*

Sofia José Santos^{1 2}

Resumo

Este artigo apresenta uma análise crítica às “rádios para a paz” integradas no modelo de reconstrução pós-conflito das Nações Unidas, à luz da tensão entre a standardização do modelo que as integra, e tendem a reproduzir, e a exigência da especificidade das comunidades locais às quais essas missões se dirigem. Defende que só tendo em conta a realidade local é que se pode construir uma paz sustentável e duradoura, já que esta apenas se apresenta possível quando é inclusiva, auto-reflexiva e participativa. Para estudo de caso foi escolhida a Radio Okapi na República Democrática do Congo, uma emissora criada e apoiada pelas Nações Unidas em parceria com a ONG Fondation Hirondelle.

Palavras-chave: Media. Paz. Peacebuilding. Intervencionismo.

* Recebido em 03.10.2010.

Aprovado em 09.12.2010.

¹ Sofia José Santos é Doutoranda do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no âmbito do qual completou um período de mobilidade de seis meses na Universiteit Utrecht (Holanda). Tem o grau de Mestre em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela mesma Faculdade, especializou-se em Jornalismo pelo Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (CENJOR) e é licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi ainda visiting scholar no Flemish Peace Institute, Bruxelas, supervisionada pelo Dr. Tomas Baum. Os seus actuais interesses de investigação centram-se em questões relacionadas com media, paz e violências e media e peacebuilding. E-mail: sofajosesantos@gmail.com

² A autora agradece ao Professor Doutor José Manuel Pureza o contributo, o apoio e a orientação da investigação para a tese de mestrado que esteve na base deste artigo.

1 Introdução

O estabelecimento de meios de comunicação social para a paz em cenários pós-conflito constitui uma iniciativa que se tem vindo a desenvolver desde os finais da década de 1980 e que conheceu os seus maiores passos na década de 2000. Todavia, apesar da tendência deste tipo de projectos ter sido crescente, em termos de número de projectos e da diversidade dos formatos e dos conteúdos dos programas emitidos, a sua proliferação contrasta com uma evidente escassez de análise crítica, nomeadamente no que toca a estrutura e aos conteúdos que estes modelos de intervenção incorporam. De forma a contribuir para colmatar esta lacuna, pretendo aqui analisar o trabalho, e sobretudo a dinâmica de trabalho, dos media para a paz integrados em missões de peacebuilding das Nações Unidas à luz da tensão entre a standardização do modelo que os integra, e que tendem a reproduzir, e as especificidades das comunidades às quais se dirigem. Isto porque se, por um lado, a sua dinâmica de trabalho se insere numa lógica de *bottom-up*, i.e. numa opção de trabalho com claro enfoque nas dinâmicas dos actores locais, principalmente ao nível das populações, o que privilegiará à partida a participação activa dos recursos locais e a sua sinergia com as dinâmicas de trabalho de mediação externas, por outro, o modelo de intervenção ao nível dos media - “*Intended Outcome Programming*” – dá fortes e claros indícios sobre a sua natureza externamente padronizada e *supply-driven*.

Em termos de estrutura, o artigo conta com quatro partes principais. A primeira parte dedicada à contextualização das respostas internacionais, nomeadamente o modelo de peacebuilding, ao que a literatura apelidou de “novas guerras”. A segunda concentra-se na figura dos media para a paz e no papel que desempenham no âmbito do modelo de peacebuilding. A terceira parte centra-se no debate standardização vs. Particularismo. Finalmente, a última parte expõe e analisa o trabalho desenvolvido pela Rádio Okapi, uma rádio dirigida pelas NU, a emitir na República Democrática do Congo e que assume declaradamente o objectivo preciso de criar e consolidar uma paz positiva prolongada no tempo longo e no espaço congolês.

2 Media para a paz e peacebuilding

A década de 1990 tornou evidente um tipo de conflitualidade em grande medida intraestatal que adoptou, no seu desenvolvimento, características e dinâmicas crescentemente complexas, reveladoras da sua especificidade e que a distanciaram das guerras interestatais clássicas do período moderno. A literatura apelidou-a, por isso, de “novas guerras” (KALDOR, 1999). Fragilidade estatal, argumentos etno-religiosos, agendas económicas com prolongamentos mundiais, tácticas de guerra cuja maioritariamente dirigidas contra a população civil, violência enquanto forma perpetuada de estruturação económica e social são alguns dos traços mais comuns desta conflitualidade, que encontra o seu palco privilegiado no continente africano. Cenários como Angola, Ruanda, Serra Leoa, Libéria, República Democrática do Congo são alguns dos teatros de violência que esta narrativa insistiu em descrever.

As causas e dinâmicas profundas de violência sentida nesses cenários afinaram a consciência de académicos, técnicos e políticos da sua abrangência e enraizamento ao nível das estruturas e da cultura, bem como a sua projecção e articulação internacional. Simultaneamente, começou-se a registar um olhar dicotómico no modo como se perspectivava estas “novas guerras”, que tendia a fechar na esfera interna do conflito as suas causas, entendidos muitas vezes como lugar de barbárie e de irracionalidade, e a encontrar as terapêuticas para essa violência em modelos de mediação e de organização sócio-económicos e políticos externos (PUREZA et al. 2005).

Dois factores distintos, mas porém convergentes a partir da década de 1990, explicam, no essencial, esta orientação de leitura da realidade internacional. Por um lado, o novo contexto político emergente desenhava-se com o traço do optimismo pós-Guerra Fria, particularmente intervencionista e desafiador dos princípios clássicos das Relações Internacionais a favor dos valores relacionados com a ideologia vencedora, perspectivada como sendo não só a linha da frente de um processo histórico evolutivo (FUKUYAMA, 1992), mas como um modelo que, reunindo elementos funcionalistas de prevenção de conflitos e elementos ideológicos de crença na racionalidade e no respeito pelos direitos individuais, serviria de antídoto à violência disseminada (BORGES; SANTOS, 2009). Por outro lado, e ganhando a visibilidade e centralidade até então negadas, os Estudos para a Paz

e a sua opção normativa começavam a emergir como vozes a ser ouvidas em matéria de paz e de (guerra) violências, vindo mesmo a ser cooptada pelas respostas político-institucionais, a partir de finais da década de 1980.

Da simbiose destes dois patamares, intelectual e político desenvolveu-se um consenso generalizado sobre a universalidade de formas de progresso que levam as comunidades de pobreza/vulnerabilidade a segurança/bem-estar e, consequentemente, a pertinência de figuras e modelos de intervenção que incorporassem essa missão. De entre os diferentes rostos que essas figuras tomaram, destacam-se as missões de construção e manutenção da paz, com particular ênfase para o modelo de *peacebuilding*.

A publicação da Agenda para a Paz de Boutros Boutros-Ghali, em 1992, e do seu Suplemento, em 1995, corresponderam ao reconhecimento internacional e à cristalização institucional destas novos modelos de intervenção e de resposta à guerra.

Um dos meios encontrados pela comunidade internacional para contrariar os aspectos socio-culturais da violência, considerados o élan da sua geração e perpetuação e transformá-los em estruturas e culturas de paz, foi a criação de media para a paz, i.e., meios de comunicação social que orientam os seus conteúdos e programação no sentido de contrariar as dinâmicas culturais e estruturais da violência.

2.1 Media para a paz e *peacebuilding*

Na génese da ideia que sustenta os media para a paz está a convicção de que a realidade não se esgota na sua dimensão objectiva mas se desenvolve e se constrói subjectivamente pelos diferentes actores a partir da sua percepção, experiência social e, sobretudo, pelos discursos assimilados (HARRIS; MORRISON, 2003). Neste sentido, os meios de comunicação social são vistos como um instrumento privilegiado de modelação de percepções, comportamentos, construção sociais, acções políticas e hierarquias axiológicas, afirmando-se como um importante condicionador da realidade social, já que, de acordo com E. Shaw (WOLF, 2001, p. 144), “modelam o que o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça

ou negligência [...] (sendo que) as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo”. A somar a esta capacidade de condicionar as percepções mais imediatas dos indivíduos, a comunicação social perpetua sobretudo a troca de valores simbólicos, uma vez que há uma subjectividade no planeamento da programação, informativa ou de entretenimento, e na absorção dessa mesma programação (HALL, 1980). Os meios de comunicação social reúnem em si, por conseguinte, condições para, a partir de elementos objectivos, influenciar a realidade imaginada, i.e., construída nos universos individuais e colectivos (HARRIS; MORRISON, 2003, p. 14) e com evidentes repercussões nas dinâmicas sociais, quer ao nível relacional (e.g. atitudes e comportamentos) quer ao nível estrutural (e.g. organização social e gestão redistributiva dos recursos económicos), até mesmo pela sua capacidade de alcance. Daí que os media, se assim forem programados e desenvolvidos, sejam um dos veículos eleitos para conseguir construir uma cultura da paz na mente dos homens e na estrutura das sociedades que integram.

Do ponto de vista político-institucional, o Tratado Constitutivo da UNESCO (1947), resume bem a ideia que subjaz o princípio dos media para a paz: se a guerra (e a violência) nasce na mente dos homens, será precisamente aí que se constroem as defesas da paz. Este entendimento dos media enquanto agentes cumulativos da construção da paz encontrou eco em diferentes documentos internacionais, como o fazem prova, de uma forma ainda embrionária, o Acordo de Helsínquia de 1 de Agosto de 1975,³ de um modo mais empenhado, a Declaração de 28 de Novembro de 1978 da UNESCO sobre os princípios fundamentais relativos à contribuição dos meios de comunicação social para o reforço da paz, o entendimento internacional, a promoção dos direitos humanos, a luta contra o racismo, o apartheid e o

³ No preâmbulo da III Cláusula afirma-se o reconhecimento da necessidade de expansão da cooperação e da disseminação da informação ao nível dos meios de comunicação social e das suas organizações tendo como objectivo o entendimento mútuo dos povos e dos objectivos gerais que esta Acta Final subscreve.

incitamento à violência⁴ e, mais recentemente, a Resolução da Assembleia-Geral A/RES/53/243 de 1999,⁵ onde é reconhecida a importância dos media na construção e difusão de uma cultura da paz enraizada ao nível mundial.

2.2 Integrando as missões de peacebuilding

A conquista de um lugar de relevo por parte dos media para a paz no organograma das missões de *peacebuilding* das NU foi em muito estimulada pelas profundas transformações tecnológicas e estruturais que os meios de comunicação social sofreram (TEHANIAN, 2002) e pela vitória do bloco ocidental na Guerra-Fria, que retirou barreiras à disseminação internacional de canais televisivos, rádios e publicações e abriu espaço para a expansão do modelo e ideologia democrática, no qual os media ocupam uma figura incontornável (HOWARD, 2003), concedendo uma maior familiaridade e proximidade para com os meios de comunicação social, conferindo-lhes uma crescente notoriedade. Porém, foi sobretudo a apropriação político-institucional da produção teórica dos Estudos para a Paz e, mais ainda, o aparecimento de rádios que se definiam pela difusão de mensagens de incitamento à violência, como aconteceu tragicamente no Ruanda com a *Radio Télévision des Mille Collines*,⁶ que fez surgir a iniciativa de contrapor a estes meios de comunicação social, numa lógica de contra-veneno, media que funcionassem enquanto catalisadores de uma mudança positiva promotora da paz (HOWARD, 2003). Foi

⁴ Nesta Declaração, a UNESCO (1978) é particularmente clara no seu artigo III quando afirma que “Os *mass media* podem dar um importante contributo para a paz e o entendimento internacionais [...] contrapondo os incitamentos à violência [...]. Os *mass media* ao disseminar informação sobre os objectivos, as aspirações, as culturas e as necessidades de todos os povos, contribuem para a eliminação da ignorância e dos mal-entendidos entre os povos [...] promovendo assim a formulação de políticas estatais que melhor promovam a redução da tensão internacional e da resolução pacífica e igualitária de disputas internacionais”.

⁵ A Resolução da Assembleia-Geral A/RES/53/243 de 6 de Outubro de 1999 afirma, no seu artigo 7º, que os media podem ter um papel educativo e informativo fundamental na promoção de uma cultura da paz.

⁶ A Radio Télévision des Mille Collines desempenhou um papel crucial no despoletar do genocídio que teve lugar no Ruanda em 1994, com evidentes consequências em toda a região dos Grandes Lagos. Os programas difundidos nesta estação de rádio são vistos como responsáveis pelo genocídio de milhares de tutsis (THOMPSON, 2007).

sem sombra de dúvida o aparecimento daquilo que a literatura apelida de *hate media* o motor de arranque para a criação e complexificação dos media para a paz em contextos de reconstrução pós-bélica.⁷ Porém, ainda que crescente, o processo de incorporação dos media para a paz na arquitectura geral das missões de paz das NU evoluiu e consolidou-se num processo faseado que culminou com o que o jornalista do *New York Times*, Keith Spicer (1994), apelidou, com cunho positivo, “propaganda para a paz”.

O primeiro registo de evolução e complexificação aconteceu durante a década de 1990 quando os MCS integrados nas missões deixaram de ser meramente utilizados como meios de informação exclusivamente humanitária, como havia acontecido no final dos anos 1980 (WIMHURST 2002, p. 287), e passaram a desempenhar a função de informação pública sobre as próprias missões.⁸ A ideia foi formalmente adoptada, em 1995, no *Suplemento da Agenda para a Paz* de Boutros Boutros Ghali, onde o ex-Secretári-Geral das NU, afirmava que as missões de paz deviam ter uma “capacidade de intervenção efectiva [...] de modo a permitir-lhes explicar o seu mandato”. O estabelecimento deste tipo de estruturas informativas da própria missão acabou por acontecer em algumas operações de paz, nomeadamente a UNPROFOR, na ex-Jugoslávia (MANUEL, 2004). Todavia, apesar de no documento publicado pelo então Secretário-Geral das NU referir também a necessidade de “criar estruturas de institucionalização da paz”, ainda não havia qualquer referência à implementação de projectos de “media para a paz” neste tipo de cenários de guerra ou de reconstrução pós-conflito. Foi só com o mandato de Kofi Annan que a ideia de integrar emissões de rádio e publicação informativas periódicas

⁷ A ideia na prática não foi em nada inédita. Já haviam sido experimentados programas nas sociedades ocidentais baseados na ideia dos meios de comunicação social servirem de veículos de transmissão de mensagens positivas, geralmente em contextos de programação infantil, como a conhecida “Rua Sésamo”, por exemplo. A Rua Sésamo – Sesame Street - era um programa infantil cujo formato teve origem nos EUA e que tinha como finalidade entreter as crianças mais novas de uma forma pedagógica, apresentando o alfabeto, os números, as cores, curiosidades do dia-a-dia e, em algumas circunstâncias apelando ao tratamento igual das pessoas independentemente da religião, raça ou etnia. Em Portugal, a RTP produziu em 1989 a versão portuguesa da Rua Sésamo.

⁸ O estabelecimento deste tipo de estruturas informativas da própria missão aconteceu em algumas operações de paz, nomeadamente a UNPROFOR, na ex-Jugoslávia (MANUEL, 2004).

cas próprias, com uma programação pré-definida em consonância com o próprio modelo de intervenção de paz, tomou corpo e foi implementada (HIEBER, 2001). Era, assim, inaugurada a terceira fase desta integração, durante a qual os MCS específicos das NU começaram a ganhar grande complexidade e preponderância no terreno em análise.

Contam-se como primeiros exemplos as missões da UNCTAD no Camboja, da UNTAG na Namíbia ou da UNAMET, em Timor-Leste, onde a rádio tinha como função principal formar a consciência cívica dos cidadãos a fim de preparar a população para eleições (MANUEL, 2004). Tratou-se, na realidade, de experiências embrionárias do que viria a ser o projecto de intervenção abrangente ao nível dos media nas missões seguintes, nomeadamente no Kosovo ou na RDC com as rádios *Blue Sky* e *Okapi*, respectivamente. Robustecia-se, assim, a ideia de *media intervention*.

2.3 Media Intervention

Nas palavras de Loretta Hieber (1998), *media intervention*, na sua materialização mais complexa, corresponde a uma intervenção pró-activa e abrangente que consiste na criação, por parte de entidades externas, de MCS dirigidos a um público local específico e com uma agenda pré-determinada e particularmente sensível à construção de uma paz positiva. Certo é que para diferentes autores, o termo pode referir-se também a outro tipo de iniciativas tanto construtivas (e.g. formação para jornalistas ou desenvolvimento de estruturas legais que permitam a liberdade de expressão) como coercivas (bombardeamento ou *jamming* de media que incitem a violência).⁹ Para a análise aqui desenvolvida, interessa sobretudo concentrarmo-nos na intervenção ao nível dos media materializada na criação de media para a paz inseridos em missões de *peacebuilding*.

⁹ Segundo Krishna Kumar (2006, p. 2), apesar de não haver dados precisos disponíveis, estima-se que a comunidade internacional tenha gasto, desde o final da década de 1980, entre 600 milhões e mil milhões de dólares em projectos de intervenção ao nível dos meios de comunicação social.

A legitimidade deste tipo de intervenção decorre da sua integração num mandato da ONU (HIEBER, 1998) e conhece o seu ponto de partida na convicção de que se há uma importante componente psicológica no despoletar e no alimentar do conflito, haverá também uma componente emocional na sua resolução (ROTHSTEIN 1999, p. 239).

No âmbito concreto das missões de paz das NU, a natureza do trabalho deste tipo de media insere-se primordialmente na dimensão psico-social destas últimas, i.e., na superação do trauma que a guerra deixou e no combate a tudo aquilo que, no subconsciente individual ou na tradição colectiva, puder estimular a perpetuação e a legitimação da violência. Cumprem essa função através da promoção de espaços de debate e de interactividade, bem como de radionovelas onde, por meio da reprodução de histórias reais na ficção, se dão pistas de leitura da realidade que vão ao encontro de uma interpretação e consequente atitude mais positivas e construtivas (HIEBER, 2001, p. 9).

É preciso porém frisar que não obstante o facto de estarem assaz concentrados na dimensão psico-social, os media surgem igualmente como importantes promotores das restantes dimensões do modelo de *peacebuilding* fazendo-as chegar directamente às populações, educando estas últimas no sentido das primeiras, otimizando, assim, a penetração do modelo de paz padronizado nas sociedades em causa (BUSH, 2004, p. 24).

Daí que, para Kenneth Bush (2004), a reconstrução da paz deva ser entendida, projectada e analisada como um impacto e não um mero conjunto de tarefas limitado e padronizado. A ideia evidencia a necessidade de chegar às estruturas políticas, económicas, militares e aos imaginários sociais e individuais. É precisamente neste impacto que os MCS conhecem o seu campo de acção privilegiado. Os media em análise surgem quase como instrumentos de introdução do princípio activo de uma paz *a priori* positiva, mas externamente programada.

No âmbito das missões de paz, estes modelos de intervenção ao nível dos meios de comunicação social são levados a cabo através do envio de técnicos e peritos provenientes de ONG do Norte, como a *Fondation Hironnelle*, a *Search for*

Common Ground, ou enviados pelas próprias Nações Unidas, conhecendo o seu financiamento a partir da instituição que suporta a iniciativa, na sua maioria com especiais ligações ao cenário flagelado. O objectivo é criar meios de comunicação social que, tendo em atenção a integração do seu trabalho no enquadramento mais vasto da missão que os envolve, eduquem a população local para uma cultura da paz, envolvendo-a e desenvolvendo dinâmicas de trabalho que vão, em teoria, ao encontro das suas necessidades de reconstrução e reconciliação (HOWARD, 2003). Na prática, tende-se porém a assistir ao desenvolvimento de projectos de media que pretendem um resultado específico, externa e previamente determinado ao nível das estruturas materiais e dos modelos culturais no cenário local a que se dirigem. Trata-se do modelo de intervenção mais complexo ao nível da criação de meios de comunicação social por parte de actores externos e que Ross Howard (2002, p. 11) apelidou de “*Intended Outcome Programming*”. Para o autor, esta fase de intervenção traduz-se na transformação de atitudes, na promoção da reconciliação e na redução do conflito, sendo o seu conteúdo condicionado pelos objectivos pretendidos e estando em clara sintonia com os restantes actores no terreno.

Identifica-se uma tendência que propende a afastar a aplicação dominante do princípio dos media para a paz da sua proposta teórica. Se na base das formulações teóricas da *educação para a paz*, a *comunicação para o desenvolvimento* e o *jornalismo para a paz* está o reconhecimento comum da preponderância do imaginário individual e colectivo na determinação da escolha pela violência ou pela paz e, acima de tudo, uma clara concessão do protagonismo às pessoas, às comunidades e à sua especificidade; na sustentação do modelo “*Intended Outcome Programming*” está o reconhecimento da necessidade da aplicação externa de uma determinada dinâmica de paz.

3 Da proposta estandardizada à necessidade do específico

De entre as várias críticas apontadas ao modelo de reconstrução pós-conflito desenhado e implementado pelas NU, tanto ao nível da sua própria concepção como à sua operacionalização, a mais recorrente e central é a relativa à natureza padronizada do modelo. Critica-se a existência de um protótipo estandardizado a

aplicar universalmente às sociedades em reconstrução pós-conflito, independentemente do particularismo do local a que se dirige.

É, porém, necessário clarificar conceptualmente a ideia de “estandardização” e de “particularismo”. O conceito de estandardização relaciona-se com a ideia de redução a um só tipo, ou seja, com a uniformização e padronização de um modelo que é aplicado em série. Por seu lado, o conceito de particularismo é aqui entendido de uma maneira processual e dinâmica, i.e., como espelhando as causas e dinâmicas próprias do conflito e as aspirações da população ao nível de elites, mas sobretudo, ao nível das populações.

A crítica dirigida à aplicação deste “*standard operating procedure*” (CLAPHAM, 1998), materializado, de acordo com Jeroen de Zeeuw (2001), numa lógica “*supply-driven*”, parte de duas ideias fundamentais. Em primeiro lugar, a de que cada conflito tem as suas causas específicas e se integra num contexto sócio-económico, político, militar e cultural únicos (*Ibidem*); em segundo lugar, que apenas tendo em conta a realidade local é que se pode construir uma paz estrutural e cultural sustentáveis, já que estas só são possíveis quando reflectem a própria comunidade onde são construídas, i.e., quando são inclusivas e subsequentemente reflexivas (COCKELL, 2000, p. 22-23).¹⁰

A ideia de colocar a tónica do modelo de peacebuilding nos seus receptores e inspirada pela observação de grupos locais que preservaram e cultivaram culturas de paz em contextos de violência armada (RAMSBOTHAM et al, 2005, p. 217) e conhece as suas raízes teóricas em diferentes autores. John Paul Lederach com a sua proposta de “*peacebuilding form below*” foi um dos autores que mais se destacou. Lederach apresentou uma proposta teórica que recusa o modelo dirigista e prescritivo dominante da reconstrução pós-bélica e que defende a criação e a construção de modelos a partir dos recursos culturais e do conhecimento local. A base

¹⁰ Para Sabine Kurtenbach (2007), a continuação da violência no Cambodja, em El Salvador ou na Guatemala prende-se, no essencial, com a falta de atenção à especificidade do cenário a que as diferentes missões de paz se dirigiram. Para a autora, esta dinâmica de trabalho permite apenas que ao fim da guerra, quando é realmente conseguido, não suceda necessariamente a paz, mas que as violências tomem um outro rosto.

da proposta é o que Lederach apelida de princípio do “*indigenous empowerment*”, sugerindo que a transformação do conflito deve incluir, respeitar e promover os recursos humanos e culturais do cenário em questão, ou seja, que deve incluir a dinâmica do que o autor apelida de *elicitive model*. Para o autor, esta nova abordagem obriga-nos a adoptar uma lente diferente e simultaneamente necessária que nos permite olhar o cenário e as pessoas locais não como o problema e os elementos externos como a respostas, mas antes entender o objectivo de longo-prazo da transformação do conflito e validá-la com a participação do local (RAMSBOTHAM et al, 2005, p. 220). O “local” para Lederach, é encarado de uma forma abrangente e dinâmica, ainda que colocando a ênfase nas camadas comuns da população, uma vez que entende que a paz apenas se constrói envolvendo toda a sociedade bem como a totalidade do cenário e das dinâmicas do conflito.

A par de outras abordagens, a proposta de John Paul Lederach (1997), reequacionando o papel dos intervenientes externos na reconstrução da paz, contribuiu para a introdução do carácter subjectivo da paz e sublinhou, no âmbito da resolução de conflitos, a importância do papel dos actores locais e a importância do conhecimento e da sabedoria locais na transformação do conflito e na subsequente construção da paz. Porém, o quadro de actuação do modelo de *peacebuilding* tem negligenciado inequívoca e cronicamente os recursos e os actores locais e mantido impermeável a sugestões críticas especialmente sensíveis à necessidade de atender as especificidades locais. Assiste-se sim, no âmbito deste quadro de actuação das NU, à transposição quase instantânea de valores, instituições políticas e opções económicas intrinsecamente ocidentais, secularmente sedimentadas, para sociedades na sua esmagadora maioria não ocidentais e que se assumem como díspares do ponto de vista cultural e estrutural (RAMSBOTHAM 2000, p. 179).

Esta standardização justifica-se, de acordo com Michael Pugh (2000, p. 4), pelo facto de o modelo em análise de intervenção das Nações Unidas pretender essencialmente promover “padrões de desenvolvimento determinados pela ideologia democrática e capitalista neo-liberal”, que Roland Paris sintetiza como “modelo internacionalista liberal” (PARIS, 2004), assente na ideia de paz liberal. Muito mais do que a preocupação em interagir com as normas locais e com as relações hegemónicas ao nível das comunidades, entendidas como estando na génese do conflito

violento e da sua perpetuação, verifica-se uma clara concessão de prioridade à integração da sociedade flagelada na economia de mercado mundial e à institucionalização da democracia (PUGH, 2000, p. 3). O objectivo é a garantia de uma paz liberal e controlada no mundo em desenvolvimento (PUREZA et al., 2005 p. 4-5). Daí que, para Ramsbotham (2000, p. 179), a padronização do modelo se insira num quadro mais geral de relações Norte-Sul de cooperação e, essencialmente, de governação.

Mark Duffield (2001) tem sido um dos investigadores particularmente assertivos neste ponto, atribuindo-lhe mesmo uma interpretação (neo)colonial - relação entre “*metropolis*” e “*borderland*”. Para o autor, os diagnósticos associados a ideias de segurança humana, desenvolvimento e paz, conceitos distintos mas claramente interligados, constituem apenas discursos de legitimação de intervenção recorrentemente enunciados pelos países do centro – *metropolis* - numa tentativa de intervir fisicamente e influenciar e condicionar as políticas e os comportamentos dos países e populações do mundo em desenvolvimento - *borderlands* -, de modo a garantir os interesses e segurança das potências ocidentais. Existe, na verdade, uma analogia claramente colonial na análise de Duffield.

A resposta rigorosa à crítica da uniformização tende a passar pela devolução da responsabilidade da reconstrução à sociedade flagelada pois o que está em causa é a propriedade local da reconstrução. Intimamente ligada à retórica da capacitação social, no âmbito da ajuda ao desenvolvimento, e conhecendo prolongamentos no princípio da auto-determinação dos povos, a ideia da propriedade local da reabilitação e o seu reconhecimento têm particular relevância do ponto de vista ético, assumindo também implicações especiais no campo do poder e da estratégia política.¹¹

¹¹ Segundo A.B. Featherston (2000, p. 197-201), existem dois pontos críticos nesta eleição do “projecto da modernidade” como o ingrediente necessário à receita da reconstrução da paz. O primeiro prende-se com a normalização e a inevitabilidade do projecto, ou seja, o facto de este ser transmitido não como um mero ponto de vista, mas antes como o projecto irrefutavelmente correcto, objectivo e racional, independentemente da subjectividade de cada espaço. Ora, o poder emerge aqui como uma questão relevante. É este, na verdade, o segundo ponto crítico apresentado pelo autor – o poder de normalizar as suas opções e de as consubstanciar no regime da “verdade”, disfarçando motivações e, acima de tudo, pondo em causa o objectivo último, a sustentabilidade da paz.

Uma intervenção de *peacebuilding* para ser bem sucedida deve permitir a liberdade e a actividade local e tão pouco importar expectativas ou pacotes externos de soluções (LARGE, 1998, p. 157). O risco é tornar possível não um trajecto de estandardização a adaptação, mas de estandardização à possibilidade de colapso.

4 A Rádio Okapi na República Democrática do Congo

A *Rádio Okapi*¹² constitui um dos exemplos mais acabados das iniciativas de rádio para a paz que têm sido desenvolvidas por organizações internacionais, em cenários pós-guerra, nas últimas duas décadas. Criada a 25 de Fevereiro de 2002, dia em que teve início o diálogo inter-congolês em Sun City,¹³ a Rádio Okapi decorre de um projecto conjunto entre a missão de paz das Nações Unidas na RDC – MONUC¹⁴ - e a *Fondation Hironnelle* (FH),¹⁵ e assumiu publicamente, desde o seu início, o mandato de promoção do processo de paz e de reconciliação e reconstrução da sociedade congoleza.¹⁶

¹² A escolha do nome Okapi justifica-se pelo facto de o okapi ser um animal extremamente pacífico e querido por todos os congolezes (GRANDS LACS, 2002).

¹³ O facto de a Rádio Okapi ter começado a sua emissão no dia em que teve início o diálogo inter-congolês em Sun City, África do Sul, foi um aspecto fundamental no processo de transição para a paz não só pelo valor inevitavelmente simbólico desta coincidência temporal, mas também pelo facto de ter permitido que todo o processo chegasse à totalidade do país.

¹⁴ A MONUC - Mission de l'Organisation des Nations Unies au Congo - foi criada a 30 de Novembro de 1999 pela Resolução 1279 do Conselho de Segurança, na sequência da assinatura do Acordo de Lusaka, encontrando-se ainda em curso.

¹⁵ A Fondation Hironnelle é uma organização não governamental de profissionais de media e de desenvolvimento, sediada na Suíça, financiada pela União Europeia e pelos governos do Reino Unido, Suécia, Noruega, Suíça e Estados Unidos da América. O seu trabalho concentra-se na criação de media independentes em zonas de guerra, crise ou em contextos de reconstrução pós-conflito (FONDATION HIRONDELLE, 2006b). São exemplos de projectos desenvolvidos por esta ONG, a Rádio de Serviço Público em Timor, a Rádio Ndeke Luka na República Centro Africana, a Rádio Blue Sky no Kosovo, a Star Radio na Libéria e a Rádio Agatashya na Região dos Grandes Lagos (FONDATION HIRONDELLE, 2006a).

¹⁶ A história da República Democrática do Congo tem sido marcada por diferentes processos de crise profunda. Desde a sua transição para a tutela colonial que a RDC tem tido uma convivência profunda com realidades violentas tanto do ponto de vista físico, como ao nível da sua estruturação económica e social, marcando de forma pesada

A Rádio Okapi constitui um projecto de rádio diferente e o mais ambicioso dos meios de comunicação social integrados em missões de paz anteriores, como o da UNCTAD, no Camboja, ou da UNTAG, na Namíbia, onde a rádio tinha como principal função formar a consciência cívica dos cidadãos a fim de preparar a população para eleições, ou da UNPROFOR, na ex-Jugoslávia, em que a rádio das NU serviu apenas para explicar o mandato da missão à população local (MANUEL, 2004). Se estes meios de comunicação social assumiam como função

as construções culturais da sociedade congolese. A leitura dominante dos conflitos que mancharam de 1996 a 2003 a sua história recente atribui à multiplicidade de etnias (Global Security, s/d), à fragilidade do Estado congolês (Solomon e Core, s/d), à vasta riqueza natural (MONTAGUE, 2002) e à consequente, e muitas vezes promíscua, influência de potências externas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 1998) os principais catalisadores da violência instalada. Na verdade, a riqueza natural -grandes reservas de diamantes, petróleo, madeira, urânio e cobalto - constitui um dos seus maiores potenciais e, simultaneamente, o ingrediente mais explosivo que a sua história recente conheceu. A exploração e sobretudo a competição internacional sobre estes recursos é vista por muitos teóricos como o vector principal da conflitualidade na região que desde 1998 deixou 3.5 milhões de mortos. Foi também esta a ideia apresentada pelo grupo de peritos que, a pedido de Kofi Annan, em resposta a uma resolução do CS, investigou e publicou o Relatório intitulado "Painel de Peritos das Nações Unidas sobre a Exploração Ilegal de Recursos Naturais e outras formas de riqueza na RDC". A agravante, do ponto de vista da violência e da dinâmica do conflito, da competição violenta por recursos foi a apropriação, por parte de alguns líderes, de argumentos étnicos, na RDC e nos Estados circundantes (e.g. Ruanda, Burundi e Uganda). Aliás, a coincidência das rivalidades étnicas com as regiões mais ricas da RDC e com os países limítrofes, grandes interessados na exploração dos recursos naturais congolese é em nada coincidência. Integrando 250 etnias diferentes no seu território (e apesar das tensões étnicas nos Grandes Lagos já datarem de há muito), o exacerbar do conflito e a fragilização da sociedade civil constituem uma consequência quase directa da apropriação e comércio ilegal dos recursos naturais congolese, em grande medida por actores externos, como os EUA, a Bélgica, o Canadá, o Uganda, o Burundi, a Namíbia, Angola e o Zimbabué e tão pouco da mera diferenciação étnica entre as comunidades. O conflito congolês acabou por reunir assim uma dimensão externa extremamente densa que conhece uma íntima relação com a sua dimensão interna. A implementação do Acordo de Sun City, após quatro anos de um conturbado processo de paz, tem conhecido alguns sucessos e proporcionado tempos longos de estabilidade à sociedade congolese, mas subsistem ainda grandes lacunas a colmatar para que a RDC possa começar a traçar um caminho consistente em direcção a uma paz positiva dilatada no tempo e no espaço. Os pequenos sucessos do processo de paz têm sido ensombrados pelos conflitos intensos e latentes que ainda hoje permanecem nas províncias do Ituri e do Norte do Kivu (INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES, 2002), duas das zonas mais ricas do país, e pela permanência de violências que adquirem agora novos enquadramentos em tempo de paz.

principal um serviço de informação pública, o objectivo da Radio Okapi, auto-intitulada “*la fréquence de la paix*”, é precisamente o de veicular o modelo de reconstrução encetado pelas Nações Unidas, contribuindo assim do ponto de vista teórico para a construção e consolidação de uma paz positiva.

A base da sua sede é na MONUC, em Kinshasa, tendo também outros estúdios repartidos por diferentes zonas da RDC. Os seus programas são frequentemente cedidos gratuitamente a outras estações para sua retransmissão e, a fim de chegar à diáspora congoleza, conseguiu-se uma emissão *online* através do site www.radiookapi.net.

Cada estação regional tem um receptor para captar os programas da sede em Kinshasa e um emissor FM para difundir localmente os programas. Uma equipa de 3 a 6 pessoas garantem, ao nível local, a recolha e difusão da informação e uma participação nas emissões do programa nacional. Por sua vez, cada estação regional produz outras informações e programas de carácter local e regional, difundidas em FM na zona da sua cobertura. Todas as estações estão ligadas por satélite graças ao sistema das NU sendo depois as ondas curtas que apoiam as emissões em FM por todo o país. Esta rádio para a paz apresenta-se, assim, como a primeira rádio nacional da RDC. Aliás, segundo David Smith, Chefe de Informação da MONUC, a “Rádio Okapi é hoje a única voz que une todos os congolezes” (BETZ, 2004) o que se revela questionável à luz da dinâmica de trabalho da rádio e pela selectividade das línguas de transmissão. A emissão é feita em francês e nos quatro dialectos oficiais, especificamente lingala, tshiluba, swahili e kikongo, deixando muitos outros dialectos, e por conseguinte congolezes, excluídos.

O material de trabalho bem como o pessoal técnico e jornalistas foram enviados pela FH enquanto as NU se responsabilizam pela logística e também pela edição dos conteúdos da rádio, esta última a par dos representantes da FH na RDC. Em termos de programação, a grelha desenhada é extremamente vasta e diversa nos seus formatos e temas, emitindo desde programas informativos a de entretenimento, passando por espaços musicais e de formação cívica e social, e no combate à violência directa, estrutural e cultural, inserindo-se de forma muito intuitiva nas quatro dimensões do modelo de intervenção das NU: político-institucional, mi-

litar, económico-social e psico-social. Programas como *Dialogue entre Congolais*, *Conference de presse de Monuc*, *Okapi dance*, *Parole aux auditeurs*, *Tour des régions*, *Métissage* são alguns dos programas que espelham essa grande diversidade e assertividade de projecto de paz.

5 Prevalência da estandardização ou do particularismo?

Tanto a grelha de programação como a dinâmica de trabalho encetada pela Radio Okapi abrem espaços de reticências no que toca o segundo vector.

Em primeiro lugar, apesar da sua equipa ser, na sua maioria, constituída por colaboradores locais, assumindo o objectivo de assegurar a sua autonomia e sustentabilidade a médio/longo-prazo, as chefias estão a cargo de funcionários da FH que definem a política editorial, preparam as emissões e colaboram ao nível do programa musical, sendo que todas as emissões estão sob a autoridade da MO-NUC (MANUEL, 2004). Aliás, é ainda de notar que tem havido várias dificuldades de ascensão a cargos intermédios por parte de funcionários congolese

Tendo em atenção a programação escolhida pelo conselho editorial e a dinâmica de trabalho, denota-se uma ausência clara de esforços que tenham em atenção a superação do trauma de guerra ou que abordem o conflito congolês e as causas profundas que o desencadearam. Existe, é verdade, uma atenção especial dedicada à diferenciação étnica, que é reconhecidamente identificada como um dos elementos que alimentaram o conflito (mais do que despoletaram). Desde a independência congolese que se regista uma diferenciação simultaneamente centrífuga e excludente baseada na identidade étnica¹⁷ que, combinada com o exercício do poder, gerou práticas estruturais de repressão e discriminação social, económica e

¹⁷ Existem vários exemplos dessa realidade, apesar de não haver na RDC nenhum grupo étnico maioritário. Um exemplo recente foi o facto de a equipa do gabinete de Joseph Kabila apesar de ser étnica e geograficamente diversa, fazia questão de concentrar uma grande parte da influência política nas mãos de indivíduos do grupo étnico luba katangan de Laurent Kabila, seu pai. Também Mobutu, durante o seu exercício de poder, impôs o lingala, sua língua materna, como língua oficial de Kinshasa, cuja língua maioritária era o kikongo (Global Security, [s.d.]

política que se repercutiram, por sua vez, na esfera cultural (ressentimento, habitação a determinadas práticas discriminatórias, valorização negativa dos demais grupos). Contudo, foi com a emergência das agendas económicas associadas à exploração ilegal dos recursos naturais, em geral, e do cobalto em particular, que as tensões étnicas (e conseqüentemente o conflito) foram grandemente exacerbadas e aproveitadas por líderes políticos e por *stakeholders* no terreno, maioritariamente norte-americanos, belgas e canadianos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 1998). A crispação étnica era vista como um modo de garantir os seus interesses económicos e a acumulação de avultados lucros. A construção de percepções maniqueístas do seu grupo e de um outro levam, como é sabido, à desumanização do segundo, legitimando, também no caso da RDC, o recurso à violência directa. Foi (e tem sido ainda em algumas partes, como no Norte do Kivu) nesta construção social dicotómica que muitas das partes interessadas e que lucram com o conflito se concentraram. Talvez por isso se questione o facto da abordagem principal que é desenvolvida por esta emissora, no que toca as causas profundas do conflito, se direccionar apenas para a boa convivência entre grupos étnicos diferentes e haver uma clara secundarização da vertente económica do conflito e da reconstrução.

Identifica-se na estratégia de programação que a Rádio Okapi adoptou uma certa “fuga para a frente”, havendo uma simultaneidade da ausência de abordagens ao conflito e/ou às suas causas profundas com informação amiúde sobre novos modelos de estruturação política e económica, o que deixa talvez transparecer uma certa tendência de, no limite, fazer da sociedade congoleza uma tábua rasa pronta a ser (re)construída. A oposição entre a abordagem externa e a abordagem de rádios comunitárias é disso um claro exemplo. A evocação do passado ou o exercício esperado de superação conjunta do trauma da guerra é em quase nada tido em consideração na programação disponibilizada pela Rádio Oakpi.

Ao nível da mobilização dos recursos locais, o projecto é apenas bem sucedido pela metade. Se a equipa da Rádio Okapi é, na sua maioria, constituída por colaboradores locais, contribuindo assim para a sua sustentabilidade e autonomia a médio/longo-prazo da emissora e para a capacitação local, as chefias estão a cargo de funcionários da *Fondation Hirondelle* que definem a política editorial. Há uma clara e deliberada primazia de funcionários da MONUC e da *Fondation*

Hirondelle nos cargos de chefia da Rádio Okapi o que arrasta necessariamente consigo a influência do imaginário ocidental no estabelecimento da *agenda-setting* e dos conteúdos a divulgar. Tal é visível na predominância que dão à dimensão político-institucional da reconstrução, na programação, por oposição às restantes dimensões da reconstrução, e no registo quase de professor/aluno adoptado pela generalidade dos locutores. Há também a acrescentar a ausência de plataformas reais de participação espontânea da sociedade congoleza neste projecto radiofónico, uma vez que apesar de os locutores da rádio apelarem frequentemente à participação dos seus ouvintes nos programas interactivos, essa mesma participação (desejada) é frequentemente introduzida em discurso indirecto pelo locutor ou em gravação editada.

Tem, na verdade, decorrido das opções dos níveis de participação da Rádio Okapi uma amputação real do espaço local para a tomada de decisão e a interactividade com o trabalho desta rádio. Há uma inclusão mitigada da sociedade congoleza neste vector de reabilitação. Em termos concretos, a reduzida capacitação, desenvolvimento e dotação de autonomia dos recursos locais e a apertada participação da população neste projecto que para si é dirigido evidencia a lacuna clara ao nível do “*indigenous empowerment*”, recuperando o conceito de John Paul Lederach .

Não obstante o facto de frequentemente o conflito interferir na credibilidade dos recursos locais, é porém fundamental que estes sejam participantes activos na reconstrução da sociedade flagelada. Como afirma John Cockell, “a recuperação e reactivação [dos recursos locais] são o centro de todo o processo de *peacebuilding*”. Esta é por isso, e de forma primordial, responsabilidade das partes do conflito e da sociedade afectada. Aos actores externos é reservado o dever de apoiar financeira e tecnicamente os recursos locais, deixando-lhes contudo espaço para a sua autonomia e desenvolvimento. O objectivo é o de validar os objectivos da reconstrução de longo-prazo com a participação local. Neste sentido, é ao nível da população e das suas dinâmicas de interacção e construção que deve ser feita a maior aposta (RAMSBOTHAM 2000, p. 177), uma vez que a reconciliação e a estruturação da sociedade não podem ser bem sucedidas se os seus moldes forem externamente impostos. Aliás, para Sabine Kurtenbach (2007), a continuação da violência em cenários que acolheram missões de paz prende-se, no essencial, com

a falta de atenção à especificidade do cenário a que as diferentes missões de paz se dirigiram. Para a autora, esta dinâmica de trabalho permite apenas que ao fim da guerra, quando é realmente conseguido, não suceda necessariamente a paz, mas que as violências tomem um outro rosto.

6 Conclusão

Os meios de comunicação social para a paz criados pelas Nações Unidas, no âmbito das suas operações de paz, emergem como um agente importante de transformação das dinâmicas culturais e, numa lógica consequente, estruturais e directas da violência, uma vez que assumem de forma clara a função de educadores para paz, desenhando estratégias de programação e de abordagem de temas equacionadas a partir dos elementos que contribuíram, na generalidade, para o desenvolvimento local de uma cultura e estrutura de violência. Protegidas pelas forças das NU principalmente face às ameaças de grupos interessados na perpetuação da guerra, estas rádios assumem-se no limite como o último garante da existência de meios de comunicação social promotores da paz. Porém, apesar do importante e reconhecido trabalho e dessa mais-valia, são susceptíveis de ser identificados alguns pontos críticos na abordagem que os meios de comunicação social em análise fazem da reconstrução pós-conflito.

Estes pontos de crítica prendem-se, no essencial, com o carácter impositivo e claramente externo que o seu modelo de intervenção assume, apesar de a sua dinâmica de trabalho se inserir numa lógica de *bottom-up*. Em boa verdade, trata-se de programas que tendem a ser pré-concebidos e estandardizados e cujo objectivo se coaduna com aquilo que as Nações Unidas e os países ocidentais crêem ser a melhor alternativa para os cenários em reabilitação pós-conflito e que não tem necessariamente em atenção a especificidade do contexto a que se dirige.

De entre os elementos mais visíveis que ilustram esta ideia no caso da Rádio Okapi contam-se, por um lado, o facto de pouco se falar das causas que estiveram na origem do conflito congolês, contrariando tendências registadas por rádios comunitárias no terreno, de haver uma escassa dedicação à superação colectiva do

trauma de guerra e uma ênfase clara na dimensão político-institucional da reconstrução, em detrimento das restantes, desenhando novamente uma rota que se desvia da escolhida por emissões locais. Por outro lado, a ausência de uma mobilização efectiva e total dos recursos locais – contratação de pessoal local para funções de quadros baixos não lhes dando a oportunidade de participar no *agenda-setting* definido por estes media – regista essa tendência.

A razão que subjaz a esta opção prende-se sobretudo com a relevância que a agenda liberal e a sua aplicação mecanicista assumem nas missões de *peacebuilding*. A crescer a isso, como afirma Sheila Dallas da Radio UNAMSIL, está o facto de se “as NU são boas para lidar com os governos, [...] para lidar com as pessoas ao nível das bases, a rádio é crucial” (RIBEIRO, 2004). À semelhança de outros actores não-estatais, os media para a paz assumem a missão de solidificação da paz civil, que se assume, por sua vez, como essencial para legitimar ao nível das populações a receita de paz liberal (RICHMOND, 2005). Evidenciam-se, deste modo, como instrumentos de introdução do princípio activo de uma paz externamente programada.

Os media para a paz, integrados nas operações de paz das Nações Unidas, constituem, pois um elemento sincopado de construção de uma cultura da paz em sociedades em fase de reconstrução pós-conflito, uma vez que contribuem para contrariar violências complexas, mas atribuem um espaço reduzido à manifestação espontânea da especificidade e à participação e emancipação dos actores locais. Aliás, a tónica numa participação meramente interactiva (nem sempre plena) é em grande medida ilusória e deixa escapar patamares largamente mais sólidos de participação que se articulam sobretudo com processos de tomada de decisão e de avaliação.

A discussão em torno da tónica na especificidade e na participação é em nada nova na essência, mas conhece neste caso um rosto e um contexto diferentes. A passagem, no âmbito da *comunicação para o desenvolvimento*, de uma abordagem unidireccional para uma abordagem participada, como foi referido, mais não foi do que um antecedente claro do debate desenvolvido hoje em torno da tensão entre participação e imposição que conhece uma projecção macro no binómio do particularismo e da

estandardização. Da mesma forma o debate em torno da *New World Information and Communication Order* encerra em si mesma, entre outras temáticas, esse binómio.

Certo é, porém, que a questão de quem lidera as dinâmicas locais é uma questão que vale a pena debater e que não é sempre fácil de identificar. Não deve ser assumido que a sociedade civil a operar a um nível local é inevitavelmente um actor puro e defensor de valores em concomitância com a paz ou suficientemente capacitados para não se sentirem pressionados por forças estruturais globais ou não serem compelidas a falar a “linguagem de *peacebuilding*” definida pelos doadores.

O que é posto em causa nesta análise é a mecânica da aplicação do princípio dos media para a paz e de todo o princípio em si mesmo. A abordagem da reconstrução pós-conflito deve optar por uma abordagem holística, no sentido de conceder uma posição central aos aspectos subjectivos e localizados da paz e de promover a capacitação e reprodução local. A centralidade do reconhecimento da participação responsável e activa dos actores locais na reconstrução é ainda mais pertinente com a tendência para a emergência de uma vincada cultura de intervenção que conhece numa agenda de estabilização e de pacificação, e não necessariamente numa agenda de paz, a sua principal referência.

Peace media and peacebuilding: a critical approach on international intervention

Abstract

This article presents a critical analysis on peace radio within UN peacebuilding missions. It centres its critical view on the tension between the standardised nature of the intervention peacebuilding model and the need to attend the local specificities of the people they are aimed at. It argues that only taking into account the local can peace be sustainable and longlasting since it is only achieved when it finds itself inclusive, auto-reflexive and participative. Radio Okapi, set up by MONUC and Fondation Hirondelle, in the Democratic Republic of Congo, was the case study chosen.

Keywords: Media. Peace. Peacebuilding. Interventionism.

Referências

BORGES; SANTOS. The political project of post-armed conflict reconstruction: gaining settings and minds. In: LOPES, Paula Duarta; RYAN, Stephen (Ed.). *Rethinking Peace and Security: new dimensions, strategies and actors*, Humanitarian Net, University of Deusto, Bilbao: [s. n], 2009.

BUSH; KENNETH. Commodification, compartmentalization and militarisation of peacebuilding. In: KEATING, Tom; KNIGHT, W. *Building Sustainable Peace, Edmonton e Tóquio*. The University of Alberta Press; The United Nations University Press: [s. n], 2004.

CLAPHAM, C. Rwanda: the perils of peacemaking. *Journal of Peace Research*, v. 35, n. 2, p. 193-210, 1998.

COCKELL, John. Conceptualising Peacebuilding: Human Security and Sustainable Peace. In: PUGH, Michael (Ed.). *Regeneration of war-torn societies*. London: Macmillan Press, 1998.

DUFFIELD, Mark. Governing the borderlands: decoding the power of aid. Available in: <http://www.sussex.ac.uk/Units/CGPE/events/conferences/failed_states/conference_papers/duffield.pdf>. Access in: 10 dez 2005.

FETHERSON, A. B. Peacekeeping, Conflict Resolution and Peacebuilding: a Reconsideration of Theoretical Frameworks. In: WOODHOUSE, Tom; RAMSBOTHAM, Oliver. *Peacekeeping and Conflict Resolution*. London: Frank Cass, 2000.

FORDATION HIRONDELLE: media for peace and human dignity (2006a) Projects actuels. Available in: <<http://www.hirondelle.org/>>. Access in: 20 abr 2006.

FORDATION HIRONDELLE: media for peace and human dignity (2006b) Qui sommes-nous?, Available in: <<http://www.hirondelle.org/>>. Access in: 20 abr. 2006.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History*. London: Penguin, 1992.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Sage Publications, 1996.

GHALI, Boutros. *Supplement to an Agenda for Peace: position paper of the Secretary-General on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations*. Available in: <<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>>. Access in: 20 abr. 2005.

GRANDS LACS. *Radio Okapi*: un projet commun entre la MONUC et la Fondation Hironnelle en République Démocratique du Congo: Brève description. Available in: <<http://www.grandslacs.net/doc/2205.pdf>> Access in: 20 mar. 2006.

GLOBAL SECURITY. *Congo civil war*. Available in: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo.htm>. Access in: 20 set. 2006.

HALL, Stuart 'Encoding/decoding'. In CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (Ed.), *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies*, London: Hutchinson, 1980.

HARRIS, Ian; MORRISON, M. *Peace Education, North Carolina: McFarland*, 2003.

HIEBER, Loretta. *Media as intervention: a report from the field, Tracxk Two*, v. 7, n. 4, 1998. Available in: <http://www.ccr.uct.ac.za/archive/two/7_4/index74.html>. Access in: 21 mar. 2006.

HIEBER, Loretta. *Lifeline Media: Reaching population in crisis - A guide to developing media projects in conflict situations*, Media Action International, 2001. Available in: <<http://www.impacs.org/files/MediaPrograms/lifelinemedia.pdf>>. Access in: 21 fev. 2006.

HOWARD, Ross. *An operational framework for media and Pecaebuilding*, IMPACS, 2002. Available in: <http://www.impacs.org/actions/files/MediaPrograms/framework_apr5.pdf>. Access in: 20 abr 2005.

HOWARD, Ross. *The media's role in war and peacebuilding*, 2003. Available in: <<http://www.impacs.org/media/mediapeacebuilding/research>>. Access in: abr: 2005.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). *Congo at war: a briefing on the internal and external players in the Central African Conflict*, Available in: <<http://www.grandslacs.net/doc/1135.pdf>> Access in: 20 abr. 2006.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES (ISS). *Searching for Peace in the Democratic Republic of the Congo*, Available in: <http://www.iss.co.za/dynamic/administration/file_manager/file_links/DRCREPORT.PDF?link_id=3&slink_id=634&link_type=12&slink_type=13&tmpl_id=3> Access in: 20 fev. 2006.

KALDOR, Mary, *New and Old Wars: organised violence in global area*, Cambridge: Polity Press, 1999.

KUMAR, Kirshna. *Promoting Independent Media: Strategies for Democracy Assistance*. London: Lynne Rienner, 2006.

KURTENBACH, Sabine. Why is Liberal Peacebuilding so difficult? Some Lessons from Central America. *GIGA Research Unit: Institute of Latin America Studies*, n. 59, Sep., 2007. Available in: <<http://www.giga-hamburg.de/workingpapers>>. Access in: 20 jan. 2008.

LARGE, J. *The war next door. A study of second track intervention during the war in ex-Yugoslavia*. Stroud: Hawthorn Press, 1998.

LEDERACH, John Paul. *Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies*. Washington DC. United States: Institute of Peace Press, 1997.

MANUEL, Susan. *UN Media and Post Conflict Peace-Keeping*. 2004. Available in: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=15499&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Access in: 20 maio 2006.

MONTAGUE, Dena. Stolen Goods: coltan and conflict in the Democratic Republic of Congo, *SAIS Review*, v. 22, n.1, p. 103–118, 2002.

PARIS, Roland.. *At war's end: building peace after conflict*, Cambridge. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PUGH, Michael. *Regeneration of war-torn societies*. London: Macmillan Press Ltd, 2000.

PUREZA, José Manuel ...et al. *Prevenção de conflitos armadas, cooperação para o desenvolvimento e integração justa no sistema internacional*. Coimbra: CES. Available in: <http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/prevencao_conflitos.pdf> Access in: 21 jan. 2006.

RAMSBOTHAM, Oliver. Reflections on UN Post-settlement Peacebuilding. In: WOODHOUSE, Tom; RAMSBOTHAM, Oliver (Org.). *Peacekeeping and Conflict Resolution*. London: Frank Cass, p. 169-189, 2000.

RAMSBOTHAM, Oliver. et al. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press, 2005.

RIBEIRO, Juliana. UN Radio and Peacekeeping Missions: providing a bridge from war to peace, *UN Chronicle Online Edition*. Available in: <<http://www.un.org/Pubs/chronicle/2004/issue4/0404p70.html>>. Access in: 20 jun. 2006.

SOLOMON, Hussein; CORE, Cornelia. *The state and the conflict in the Democratic Republic of Congo*. Available in: <[http://academic.sun.ac.za/mil/scientia_militaria/Internet%20Vol%2032\(1\)/hussein\(2\).pdf](http://academic.sun.ac.za/mil/scientia_militaria/Internet%20Vol%2032(1)/hussein(2).pdf)> Access in: 20 abr. 2006.

SPICER, Keith. Propaganda for Peace, *New York Times*. Available in: <<http://www.nytimes.com/1994/12/10/opinion/propaganda-for-peace.html>> Access in: 21 out. 2010.

THOMPSON, Allan, *The media and the Rwanda Genocide*. London: Pluto Books, 2007

WHIMURST, David. Preparing a Plebiscite under fire: the United Nations and Public Information in East Timor. In: PRICE, Monroe; THOMPSON, Mark. *Forging Peace: intervention, human rights and the management of the media space*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

* A autora agradece ao Professor Doutor José Manuel Pureza o contributo, o apoio e a orientação da investigação para a tese de mestrado que esteve na base deste artigo.